

O CENÁRIO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS

Paulo Ricardo Laurindo Côrtes



O CENÁRIO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - Ufopa (Editor-Chefe)
Prof^a. Dr^a. Danjone Regina Meira - USP
Prof^a. Ms. Roberta Seixas - Unesp
Prof. Ms. Gleydson da Paixão Tavares - UESC
Prof^a. Dr^a. Monica Aparecida Bortolotti - Unicentro
Prof^a. Dr^a. Isabele Barbieri dos Santos - FIOCRUZ
Prof^a. Dr^a. Luciana Reusing - IFPR
Prof^a. Ms. Laize Almeida de Oliveira - UNIFESSPA
Prof. Ms. John Weyne Maia Vasconcelos - UFC
Prof^a. Dr^a. Fernanda Pinto de Aragão Quintino - SEDUC-AM
Prof^a. Dr^a. Leticia Nardoni Marteli - IFRN
Prof. Ms. Flávio Roberto Chaddad - SEESP
Prof. Ms. Fábio Nascimento da Silva - SEE/AC
Prof^a. Ms. Sandolene do Socorro Ramos Pinto - UFPA
Prof^a. Dr^a. Klenicy Kazumy de Lima Yamaguchi - UFAM
Prof. Dr. Jose Carlos Guimaraes Junior - Governo do Distrito Federal
Prof. Ms. Marcio Silveira Nascimento - UFRR
Prof. Ms. João Filipe Simão Kembo - Escola Superior Pedagógica do Bengo - Angola
Prof. Ms. Divo Augusto Pereira Alexandre Cavadas - FADISP
Prof^a. Ms. Roberta de Souza Gomes - NESPEFE - UFRJ
Prof. Ms. Valdimiro da Rocha Neto - UNIFESSPA
Prof. Dr. Jeferson Stiver Oliveira de Castro - IFPA
Prof. Ms. Artur Pires de Camargos Júnior - UNIVÁS
Prof. Ms. Edson Vieira da Silva de Camargos - Universidad de la Empresa (UDE) - Uruguai
Prof. Ms. Jacson Baldoino Silva - UEFS
Prof. Ms. Paulo Osni Silvério - UFSCar
Prof^a. Ms. Cecília Souza de Jesus - Instituto Federal de São Paulo

“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.

Equipe Home Editora

Paulo Ricardo Laurindo Côrtes

O CENÁRIO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS

1ª Edição

Belém-PA
Home Editora
2024

© 2024 Edição brasileira
by Home Editora

© 2024 Texto
by Autor

Todos os direitos reservados

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
91988165332
Tv. Quintino Bocaiúva, 23011 - Batista Campos,
Belém - PA, 66045-315

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

Projeto gráfico

homeeditora.com

Revisão, diagramação e capa

Autor

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

CRB-8/009166

Produtor editorial

Laiane Borges

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

C828c

Côrtes, Paulo Ricardo Laurindo

O cenário educacional no Município de Ijuí/RS / Paulo Ricardo Laurindo Côrtes. –
Belém: Home, 2024.

Livro em PDF
52p.

ISBN 978-65-6089-099-2

DOI 10.46898/home.574e87b9-e07e-4ac7-aeaf-a923fc420f77

1. Educação - Ijuí/RS. I. Côrtes, Paulo Ricardo Laurindo. II. Título.

CDD 370.98165

Índice para catálogo sistemático

I. Educação - Ijuí/RS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A GESTÃO PÚBLICA.....	15
3 LOCALIZANDO O MUNICÍPIO DE IJUÍ NO TEMPO E ESPAÇO.....	17
3.1 Um pouco da História de Ijuí.....	17
3.2 Ijuí na atualidade.....	23
3.2.1 Dados do município de Ijuí.....	24
3.2.2 O Planejamento no Município de Ijuí.....	2
3.2.3 PPA do Município de Ijuí 2014/2017.....	27
3.3 O Legislativo no Município de Ijuí.....	38
4 O CENÁRIO EDUCACIONAL NA ATUALIDADE.....	39
4.1 A educação no município de Ijuí.....	41
4.1.1 Rede municipal de ensino.....	41
4.1.2 Rede estadual de ensino.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

CORTES, Paulo. **O CENÁRIO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso de MBA em Gestão Pública. Sistema de Ensino à Distância. Universidade Norte do Paraná, Londrina, 2015.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), MBA em Gestão Pública da UNOPAR – Universidade Norte do Paraná, tem como objetivo principal elaborar um diagnóstico sobre a educação no município de Ijuí/RS. A escolha por essa área se dá basicamente pela sua relação com a gestão pública. Como se sabe a educação é uma das áreas que sempre deve ser lembrada pelo gestor público, uma vez que carrega em si uma série de questões importantes para a sociedade, de uma forma em geral. A metodologia adotada para a elaboração do diagnóstico proposto é uma pesquisa descritiva, exploratória, qualitativa, na qual o delineamento adotado será um estudo de caso, especificamente um diagnóstico da área da educação no referido município. Sobre a análise e interpretação dos dados pode-se dizer que esse processo foi realizado através da análise qualitativa do estudo. Ou seja, conforme a análise qualitativa tem como objetivo investigar, de forma profunda, a opinião de um dado público com relação a um produto, bem ou serviço.

Palavras-chave: Gestão Pública. Educação. Diagnóstico.

CORTES, Paul. **SCENERY IN EDUCATIONAL COUNTY IJUI/RS**. 2015. Work MBA Completion of course in Public Management. System of Distance Learning. University of Northern Paraná, Londrina, 2015.

ABSTRACT

This Work Course Conclusion (TCC), MBA in Public UNOPAR of Management - University of Northern Paraná, has as main objective to elaborate a diagnosis of education in the municipality of Ijuí / RS. The choice for this area is basically its relationship with the public administration. As we all know education is one area that should always be remembered by the public manager as it carries with it a number of important issues for society, in a way in general. The methodology for the design of the proposed diagnosis is a descriptive, exploratory, qualitative, in which the design adopted will be a case study, specifically a diagnosis of the field of education in the municipality. on the analysis and interpretation of data it can be said that this process was conducted through qualitative analysis of the study. That is, according to the qualitative analysis aims to investigate, in a profound way, the opinion of a given public in relation to a product, good or service.

Keywords: Public Management. Education. Diagnosis.

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso em MBA em Gestão Pública, da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, tem como principal objetivo levar o aluno a realizar um diagnóstico sobre uma área específica. Neste trabalho apresentado, especificamente, a área abordada é a da educação no município de Ijuí/RS.

A escolha por essa área se dá basicamente pela sua relação com a gestão pública. Como se sabe a educação é uma das áreas que sempre deve ser lembrada pelo gestor público, uma vez que carrega em si uma série de questões importantes para a sociedade, de uma forma em geral.

Destaca-se, ainda que a educação nos dias atuais passar por uma série de mudanças e quebra de paradigmas. Sai-se do modelo tradicional e se busca novas formas para que esta área possa crescer. Muitos são os desafios enfrentados na gestão pública com relação à educação, principalmente dadas estas mudanças sociais.

As novas tecnologias, as novas maneiras de ensino, as novas ferramentas que surgem a cada dia devem ser utilizadas da melhor forma possível. E isso demanda investimentos, formação de professores e funcionários, formação do aluno como um ser que precisa se capacitado para viver e conviver na atual sociedade.

Pensando nessa perspectiva, se construiu o diagnóstico local na área da educação, por ser essa área instigadora e cheia de dados importantes. Uma vez que a educação está em um patamar de importância dentro da gestão pública atualmente.

No primeiro capítulo é feita a explanação geral do tema que foi diagnosticado. Nesse capítulo são explicitados conceitos e metodologias importantes que serviram como base para a elaboração do diagnóstico local na área da educação.

O segundo capítulo mostra o município de Ijuí, situando essa localidade no tempo e no espaço. São retomados alguns fatos históricos importantes, como também são trazidos fatos e dados atuais do município. Além

disso, é feito um diagnóstico da gestão pública.

O terceiro capítulo aborda questões referentes à Gestão Pública, destacando os pontos principais desse tema. Além disso, é muito importante situar a educação dentro da gestão pública. Isso porque todo gestor público sabe da importância que as verbas (federais, estaduais e municipais) tem dentro desse contexto.

O quarto capítulo aborda o cenário atual da educação. Mostra, em linhas gerais, como está posta a situação na educação atualmente. Isso porque todos são sabedores de como é importante se ter dinheiro para poder construir escolas, qualificar professores, oportunizar cursos para os alunos. E tudo é uma questão que envolve recursos públicos.

Nesse quarto capítulo ainda estão pontuados eixos da educação municipal e estadual do município de Ijuí, trazendo dados e informações relevantes para a ciência de futuros gestores públicos.

No que se refere à metrologia do trabalho, pode-se dizer que esta é uma pesquisa descritiva, exploratória, qualitativa, na qual o delineamento adotado será um estudo de caso, especificamente um diagnóstico da área da educação no referido município.

Importante salientar que, por pesquisa se entende o conjunto de procedimentos que visam produzir um novo conhecimento e não reproduzir, simplesmente, o que já se sabe sobre um dado objeto em um determinado campo científico. Sob este enfoque, podemos trazer aqui a definição de Pedro Demo, para quem "pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade" (DEMO, 2003, p. 23).

Minayo (2003, p.08), considera a pesquisa como "atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados".

Para Gil (2002), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

Por pesquisa descritiva, Gil (2002, p.44), nota que as pesquisas deste tipo têm como objetivo principal “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A coleta de dados aconteceu em livros da área educacional, sites da Internet, visitas à SMED e à CRE do município de Ijuí/RS. Os dados coletados foram analisados e interpretados. E sobre a análise e interpretação dos dados pode-se dizer que esse processo foi realizado através da análise qualitativa do estudo. Ou seja, conforme Gil (2002), a análise qualitativa tem como objetivo investigar, de forma profunda, a opinião de um dado público com relação a um produto, bem ou serviço.

No que se refere às limitações do estudo, pondera-se que não foram muitas. No entanto, a falta de tempo para a dedicação exclusiva na pesquisa foi um entrave que gerou algumas falhas durante o processo. No entanto, esse estudo não termina por aqui. A construção do conhecimento se dará de forma contínua.

2 A GESTÃO PÚBLICA

A questão que envolve a Gestão Pública possui vários aspectos, principalmente sobre a atuação e funções estatais. Sobre a atuação da administração pública pode-se dizer que o Estado possui três funções: a função legislativa; a função judiciária e a função administrativa. No entanto, é a função administrativa que é toda atividade de concretização da lei, desenvolvida pela Administração representando os interesses da coletividade, ou em outras palavras, o interesse público.

Acerca dos princípios que regem a atuação da Gestão Pública estes compreendem: a legalidade (para o direito privado e para o direito público), a impessoalidade e a moralidade.

Também se relaciona à organização da gestão pública os agentes públicos. Sobre isso, pode-se dizer que esses são pessoas que dão vida ao Estado e à Administração Pública. Ou seja, são todas as pessoas, vinculadas ou não ao Estado, que desenvolvem alguma atividade, de forma permanente ou ocasional. Os servidores estatais que compõem os agentes públicos, são: os servidores públicos, os empregados públicos e os servidores temporários que desenvolvem um cargo público.

Sobre os cargos públicos estes podem ser: cargos efetivos, cargos em comissão, cargos vitalícios. E, ainda se subdividem em de carreira e os isolados. Um fato interessante que se refere aos cargos públicos é a estabilidade que é a garantia do cargo público para que seu ocupante não seja desligado ilegalmente, garantindo sua permanência no serviço público.

Na verdade, a estabilidade possibilita que o servidor possa decidir seguindo as disposições legais com autonomia e impessoalidade. O provimento à cargos públicos podem ser por provimento autônomo e derivado. O provimento derivado é promoção, readaptação, reintegração, recondução, reversão e aproveitamento.

Sobre a gestão pública e os atos jurídicos podemos dizer que a administração pública se manifesta através de atos jurídicos. Os atos jurídicos são de duas ordens: privado ou público. No direito privado o pressuposto é a liberdade e igualdade. E o direito público é o da sujeição à legalidade e da desigualdade.

No que se refere aos atos da administração pode-se dizer que esses atos compreendem o conjunto de todos os atos jurídicos editados pela administração pública, regidos pelo direito privado e atos materiais. Os requisitos dos atos administrativos relacionam-se aos atos intrínsecos que regulam a sua existência, validade e eficácia. São eles: competência, forma, motivo, objeto, finalidade.

Já, o processo administrativo é o instrumento utilizado pela administração pública para chegar à melhor decisão, quando provocada por alguém ou quando deve tomar uma decisão, que por força da lei, exija publicidade, como é o caso das previsões de audiências públicas para as tomadas de decisões. O processo administrativo apresenta fases e princípios que são: legalidade objetiva; oficialidade; formalismo moderado; verdade material e ampla defesa.

As finalidades do processo administrativo são basicamente da ordem que visam a justiça na administração; melhor conteúdo das decisões; correto desempenho da função administrativa; além de buscar facilitar o controle da administração. Tipologicamente os processos administrativos podem ser de gestão; de outorga; de verificação (ou determinação); e de revisão.

Finalizando, a administração pública e sua organização ainda comporta a questão da responsabilidade civil do Estado. Ou seja, o Estado tem responsabilidades no momento em que prejudica o interesse de algum cidadão.

Da mesma forma que o Estado tem o direito de intervir na propriedade no sentido de buscar atender aos interesses do coletivo em detrimento do interesse privado, tem, também, o dever de responsabilizar-se. Inclusive, a atuação do Estado sobre a propriedade é previsto no Código Civil de 2002, o qual afirma que o Estado pode impor limites ao direito de propriedade que poderá atingir qualquer bem, seja móvel ou imóvel; resguardando ao proprietário o direito à propriedade de natureza “absoluta, exclusiva e perpétua”.

3 LOCALIZANDO O MUNICÍPIO DE IJUÍ NO TEMPO E ESPAÇO

3.1 Um pouco da História de Ijuí

O município de Ijuí localiza-se no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, em uma região de economia baseada no setor agropecuário, no comércio, indústrias e serviços. Atualmente, é conhecida como a Terra das Culturas Diversificadas; Cidade Universitária; Colmeia do Trabalho; Terra das Fontes de Água Mineral e Portal das Missões.

Buscando a etimologia da palavra Ijuhy na língua Guarany, pode-se concluir sua origem indígena. Fato esse que remete aos primeiros habitantes desta terra. Seu significado representa sua geografia originária, rodeada de matas e rios. Primeiramente Ijuí era escrito com a letra Y, que em guarani significa rio. Já a sílaba “ju” corresponde a algo divino, celeste, pleno, completo. Houve muitas mudanças até chegar ao nome que atualmente conhecido, por exemplo: “*Ihjuy*”- “rio das rãs”; “*Juhy*”-“rio dos espinhos”; “*Jujuhy*” - “rio dos pintassilgos”; “*Ijhuy*” “rio das águas divinas”.

(...) As referidas variações generalizam o uso do nome, cuja grafia “Ijuhy”, pela origem da cognominação do rio, pelos índios das Missões, como “rio das águas divinas”, também “rio das águas grandes”. Com as reformas ortográficas, ou tradução para a língua portuguesa do Brasil passou usar a grafia “Ijuí”, que hoje é denominado (LAZZAROTTO, 2002, p. 14).

Quanto ao povoamento da cidade, um dos primeiros habitantes do município foi o Caboclo. Antes da chegada dos imigrantes vindos da Europa eles se dedicavam principalmente à cultura de erva-mate. Uma parcela da história que a grande maioria desconhece, devido a certo preconceito gerado com relação a esta população, excluída do direito a terra e do convívio social durante o processo de colonização.

Na fotografia abaixo se observa um barbaquá (método antigo de produção de erva-mate que consiste em “sapecar”, ou seja, expor às altas temperaturas em curto espaço de tempo a erva-mate, a fim de retirar umidade da folha, dando um aroma e sabor diferenciado a erva-mate semelhante a uma defumação). Pode ser chamado também de preparo no carijó.

O trabalhador caboclo está transformando o produto para comercialização, como pode ser visualizada na imagem 01 abaixo:



Museu Antropológico Dr. Pestana, foto da coleção Eduardo Jausen, 1939.

Porém, a história da cidade relacionada aos registros fotográficos, que aqui interessa, é mais rica a partir do seu período de formação colonial.

(...) A formação colonial de Ijuí sintetiza muitos dos elementos que caracterizam a integração dos imigrantes europeus e seus descendentes no processo de desenvolvimento econômico, político e cultural do extremo sul do país. A colônia Ijuí, fundada em 1890 por iniciativa do governo estadual na orla inferior da floresta subtropical do planalto, entre os campos de Cruz Alta, Santo Ângelo, Tupanciretã e Palmeira das missões, significou o início da ocupação das últimas áreas disponíveis no Rio Grande do Sul, para onde eram enviados imigrantes recém-chegados da Europa: alemães, teuto-russos, poloneses, italianos, letos, austríacos, húngaros, suecos, franceses, espanhóis e, pouco depois, uma geração moça, excedente das “colônias velhas”, isto é, das áreas ocupadas inicialmente por alemães e italianos a partir de São Leopoldo e Caxias do Sul. (MARQUES E GRZYBOWSKI, 1990 p.9 e 10).

Em nível mundial, a Europa enfrentava uma crise devido à expansão capitalista e ao processo de industrialização. A concorrência das fábricas contra as manufaturas artesanais e da grande propriedade rural contra a economia camponesa afetava diretamente os trabalhadores europeus. Os efeitos da expansão do imperialismo dão início ao processo de emigração dos excedentes europeus. As guerras e a situação política, agitadas pelos movimentos revolucionários também foram fatores

determinantes para agravar as condições de miserabilidade que os trabalhadores, principalmente ligados à agricultura, fossem em busca de melhores condições de vida.

Para o desenvolvimento do Brasil foi importante que se abrissem os portos para a chegada dos imigrantes, pois o país necessitava de trabalhadores para a lavoura do café, devido à abolição da escravatura e o fim da escravidão. Os imigrantes estavam em busca de uma nova terra e o país necessitava deles, como a mão de obra para a lavoura.

No início foi difícil para os imigrantes vindos da Europa, pois comparando com o Brasil, lá era mais desenvolvido. Os imigrantes tiveram que enfrentar as mudanças de clima, espaço, cultura e paisagens diferentes. Chegaram aqui e de certo modo houve uma frustração assim que se depararam com as terras despovoadas, compostas de matas cerradas, sem estradas, sem comunicação, sem recursos para viver e ferramentas para o trabalho. Estes imigrantes são os verdadeiros protagonistas do processo de ocupação, desde a derrubada de matas até a construção efetiva do espaço que ocuparam.

Considerados em sua identidade coletiva ficaram conhecidos como colonos, termo que os diferenciava dos brasileiros. Os pioneiros a chegar ao sul do Brasil foram os alemães, porém vários grupos étnicos constituíram os atores sociais na construção da identidade local. Além dos alemães, para cá vieram os italianos, poloneses, letos, austríacos, russos, luso-brasileiros (populações mistas com nativos).

Tarefa difícil esta de classificá-los em uma etnia específica, pois alguns imigrantes utilizavam a mesma língua para se comunicar, porém mantinham seus costumes e culturas do país de origem. Os alemães não vieram diretamente da Alemanha, a maioria em 1890 eram jovens que saíram das Colônias Velhas (São Leopoldo, Lajeado, Estrela, Teutônia e Santa Cruz do Sul). Os primeiros italianos chegaram ao final de 1890 ou início de 1891. Da mesma forma as outras etnias enfrentaram as mesmas dificuldades na ocupação, com o isolamento no mundo das matas.

Ijuí, em meio ao contexto mundial de expansão do capitalismo constituiu-se em sua maioria por indivíduos pertencentes ao mesmo grupo linguístico de diferentes regiões, porém com língua mãe alemã. Segundo Martin Fischer (1987), o número de imigrantes alemães vindos da Alemanha foi pequeno, justificando assim que o mesmo dialeto não significa as mesmas práticas culturais.

A chegada dos primeiros imigrantes foi coordenada inicialmente pelo Diretor Augusto Pestana, engenheiro carioca, político brasileiro, líder republicano,

administrador público, especialista em transportes ferroviários e grande impulsionador da emancipação política da cidade de Ijuí em 1912. O município foi conduzido ao seu desenvolvimento quando, a partir de 1899, Augusto Pestana assumiu a administração da cidade, ocorrendo assim o assentamento de colonos com conhecimento de agricultura, principalmente de colônias mais antigas do Rio Grande do Sul.

Como mencionado anteriormente, antes da chegada dos europeus, a terra de Ijuí já estava ocupada pelos lavradores nacionais, conhecidos também como caboclos. Conforme o artigo *Imagens do Mundo do Trabalho* de Canabarro e Schneider (2007), “o imigrante com seus conhecimentos e técnicas agrícolas de centenas de anos no ambiente europeu, deparou-se com um mundo novo que necessitava de preparo em sua terra para o plantio primeiramente de subsistência e posteriormente para a venda dos excedentes”.

Além da derrubada da mata para preparar o solo, esta técnica também seria útil nas construções das moradias, conforme pode ser visto na imagem 02:



Museu Antropológico Dr. Pestana, foto da coleção Eduardo Jausen, 1939.

A partir desta fotografia extraída do artigo em questão, e segundo a leitura dos detalhes observada neste, faz-se uma referência ao aprendizado que o imigrante teve com o caboclo. Ao preparar o ambiente para implantar os conhecimentos e tecnologias agrícolas, o imigrante que aqui chegou apropriou-se das técnicas de derrubada e queimadas, muito utilizadas pelos “caboclos”. Pode-se concluir que houve uma espécie de hibridismo cultural.

(...) Os primeiros tempos foram difíceis para os imigrantes; pessoas da Europa, mundo consideravelmente desenvolvido, com diferenças de clima, de espaço, paisagem e meio cultural. Os sonhos dos imigrantes

por uma nova vida e prosperidade, ao chegar aqui, foram frustrados em terras desertas de população, ao meio de matas cerradas, sem estradas, sem comunicação, exposto ao isolamento, sem recursos e poucas reservas de alimentos e utensílios para vida. Na época Cruz Alta e Santo Ângelo eram duas vilas em formação cercadas de matas. Os campos faziam fronteiras nas proximidades. A passagem de uma vila para outra era um sacrifício, não existia estradas que ligasse em linha reta. Para encurtar a distância, o governo da Província decidiu construir uma picada. A estrada aberta até Ijuí começou dar acesso a caminho da integração econômica e permitiu acelerar o desenvolvimento da colonização.

FONTE: http://teobaldobranco.blogspot.com.br/2013/12/a-historia-da-colonizacao-de-ijui_8051.html

O fundador da colônia em 19 de outubro de 1890, Manuel da Siqueira Couto, foi o primeiro Diretor e administrador da Colônia Ijuí, que a denominou de “Colônia de Ijuhy Grande”.

Em 1912, Ijuí passou a município pela sua emancipação política e desenvolvimento econômico. No dia 31 de janeiro de 1912 o presidente (governador) do Rio Grande do Sul, Dr. Carlos Barboza Gonçalves criou o decreto nº 1814 e Ijuí foi emancipada do município de Cruz Alta, anteriormente conhecido como o 5º distrito desta.

Segundo este decreto: “... a Colônia de Ijuí foi elevada à categoria de Vila e Município. Para o cargo de Intendente Provisório foi nomeado o Dr. Augusto Pestana, que desde 1º de janeiro de 1898 vinha exercendo o cargo de Diretor da Colônia”.

A imagem 03 a seguir mostra a Colônia de Ijuí na época de sua emancipação.



Vila de Ijuhy em 1912, ano da Emancipação político/administrativa. Foto tirada da Rua do Comércio, na altura onde hoje se encontra a Loja Delta Instalações Elétricas - antiga sede da CERILUZ. Ao fundo, altos da Rua do Comércio, atual Praça da República

DECRETO N.º 1814, de 31 DE JANEIRO DE 1912 - Cria o município de Ijuí:

Eleva a Colônia de Ijuí à categoria de Vila e município autônomo, com a denominação de Ijuí.

O Presidente do estado do Rio Grande do Sul, atendendo a insistentes solicitações dos habitantes da Colônia de Ijuí, 5º Distrito do Município de Cruz Alta, e usando da faculdade que lhe confere o artigo 20, no 15 e 16 da Constituição e disposições no Capítulo II, Título preliminar da Lei no 10, de 16 de dezembro de 1895, decreta:

Art. 1º - Fica a Colônia de Ijuí, quinto Distrito do município de Cruz Alta, elevada à Vila em município autônomo sob a designação de "Ijuí".

Art. 2º - O município é constituído, como ficou dito, do quinto distrito de Cruz Alta, tendo os seguintes limites: pelo rio Ijuí Grande, da foz do arroio dos Barbosa a do rio Porongos; pelo rio Porongos, desde a sua foz no Rio Ijuí Grande, até a foz do lajeado Rio Branco; por esse lajeado até encontrar a linha divisória da Colônia Rio Branco (atual cidade de Catuípe) com o núcleo Jesus; por essa linha até lajeado da Divisa; por esse lajeado, até sua foz no Rio da Ponte; por esse rio até a foz do lajeado que divide a invernada do Carvalho e os campos dos herdeiros de Alberto Noronha; por esse lajeado até suas nascentes no Capão do Guivá; daí por uma linha seca que vai à divisa das terras que foram de João Schorn e de José Vidal de Ramos, nos matos da margem direita

do rio Conceição; e daí pela divisa dos Campos com os matos, até encontrar o rio Ijuizinho.

Com o município de Santo Ângelo, pelo rio Ijuizinho até a foz do lajeado dos Ferreiras; por esse lajeado até encontrar a linha que divide as terras dos herdeiros de João Mosqueira e de dona Maria Rosário Ayres; pelas divisas destas terras até encontrar a divisa das terras que foram do Doutor Venâncio Ayres, com as dos herdeiros de dona Maria Rosário Ayres; por essas divisas até o Rio Ijuí Grande; por esse até a foz do Rio Santo Antônio; por esse rio até sair nos Campos; daí pela linha que divide os campos dos matos da margem direita de Ijuí Grande, até encontrar com a atual divisa de Santo Ângelo e Palmeira, e o arroio Faxinal; por essa divisa até a estrada geral que liga a vila Santo Ângelo a de Palmeira. Com o município de Palmeira, a divisa será pela estrada geral que vem de Santo Ângelo até em frente à casa do finado Antônio Soares, daí procurando a nascente do arroio dos Barbosas, e por esse arroio até sua foz no Ijuí Grande.

Art. 3º - O município, ora criado, fica sob a jurisdição da Comarca de Cruz Alta.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 31 de janeiro de 1912.

(Ass.) Doutor Carlos Barboza Gonçalves Protásio Alves

(MARQUES, Mário Osório; BRUM, Argemiro J. 2004 p. 50-51)

Devido ao processo de imigração e colonização, atualmente Ijuí é conhecido por reunir vários grupos étnicos, sendo daí conhecido como "Terra das Culturas Diversificadas". Pode-se citar os seguintes: afro-brasileiros, índios, portugueses, franceses, italianos, alemães, poloneses, austríacos, letos, holandeses, suecos, espanhóis, japoneses, russos, árabes, libaneses, lituanos, ucranianos dentre outros.

O parque de exposições que leva o nome do ex-prefeito da cidade nos anos 80 Wanderley Burmann, atualmente segundo as informações do site da prefeitura municipal, promove a "Expo-Ijuí, feira de amplo destaque na região e no estado, é possível conhecer o comércio, indústria, agropecuária, vestuário, artesanato da região e do estado. Juntamente na Expo-Ijuí é realizada a Fenadi - Festa Nacional das Culturas Diversificadas" Fonte: <http://www.ijui.rs.gov.br/paginas/historico>.

3.2 Ijuí na atualidade

Ijuí é um município brasileiro do Estado do Rio Grande do Sul. Localiza-se a uma latitude 28°23'16" sul e a uma longitude 53°54'53" oeste, estando a uma altitude de 328 metros do nível do mar.

Em 2010 sua população foi de 78.461 habitantes, sendo assim o 3º município mais populoso da região Noroeste Rio-Grandense que abrange 216 Municípios.

O município de Ijuí ocupa a 22ª colocação de 496 municípios que abrangem o Estado do Rio Grande do Sul. Devido ser uma cidade universitária e com um amplos recursos hospitalares Ijuí tem um fluxo de aproximadamente 100.000 pessoas, sendo o maior e mais importante centro populacional da região.

3.2.1 Dados do município de Ijuí

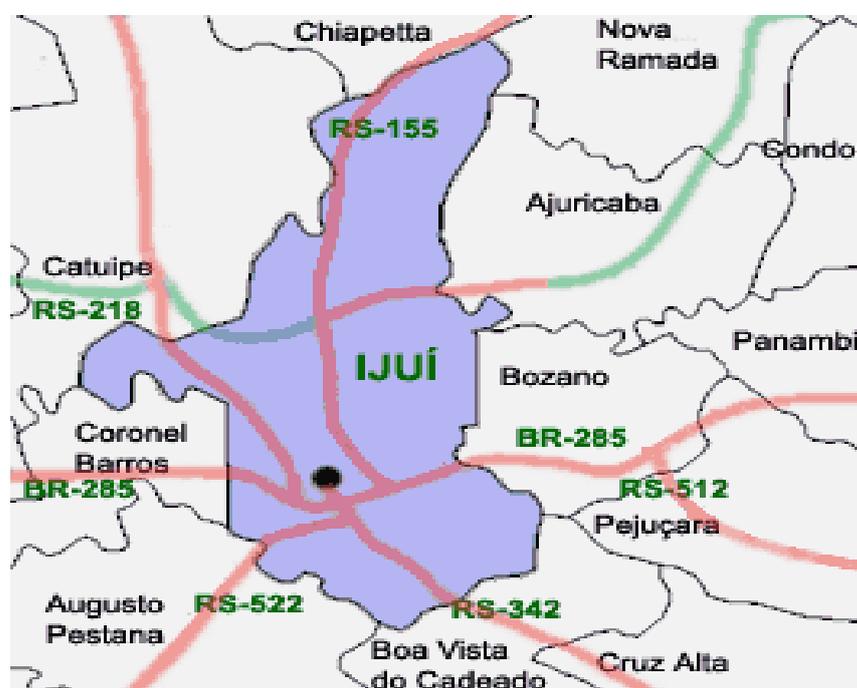
Aniversário: 19 de Outubro

Fundação: 19 de Outubro de 1890

Gentílico: ijuiense

Prefeito: Fioravante Ballin (PDT)

Municípios limítrofes: Chiapetta, Cruz Alta, Nova Ramada, Ajuricaba, Bozano, Boa Vista do Cadeado, Panambi, Pejuçara, Augusto Pestana, Coronel Barros e Catuípe, conforme imagem 04 abaixo:



Densidade: 115,5 hab./km²

Clima: subtropical úmido

Fuso horário: UTC-3

Ijuí no Estado do Rio Grande do Sul IDH: 0,803

PIB: R\$ 788.789.000,00

PIB per capita: R\$ 10.061,00

3.2.2 O Planejamento no Município de Ijuí

Em um município, administrar é gerir recursos públicos. Ou seja, significa não só prestar serviço e/ou executá-lo, como também, dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil para a sociedade. Como resultado da administração destas atividades gera-se o movimento de bens e serviços ao público-alvo organizacional, havendo como decorrência a geração das chamadas utilidades de tempo e/ou de lugar, que por sua vez são fatores fundamentais para a aplicação das funções logísticas na organização, tanto pública quanto privada.

A missão do gestor público é estabelecer o nível de atividades logísticas necessário para atender ao público-alvo organizacional no tempo certo, no local certo e nas condições e formas desejadas, de forma economicamente eficaz e eficiente.

O planejamento é condição básica para o sucesso de qualquer trabalho que procure a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade.

No município de Ijuí há a Secretaria de Planejamento, liderado pela Secretária Antônia Bussmann, a secretaria tem como Missão:

Promover e fortalecer o planejamento municipal para que as ações de governo otimizem a gestão municipal, nos aspectos econômicos, financeiros e sociais, melhorando os serviços ofertados ao cidadão.

Visão

Ser referência em planejamento público participativo.

Objetivos

- Implementar o plano diretor;
- Rever o código de postura e de obras;

- Acompanhar, encaminhar e participar na elaboração das leis orçamentárias: plano plurianual (PPA), leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA);

- Acompanhar metodologia, participar e divulgar as audiências públicas para elaboração do PPA, da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e das leis orçamentárias anuais (LOA);

- Promover integração do planejamento no município entre as secretarias municipais;

- Formular estratégias, normas e padrões de operacionalização das ações;

- Prestar assessoria aos demais órgãos da administração municipal na gestão do planejamento;

- Elaborar, acompanhar e encaminhar projetos para obtenção de recursos financeiros;

- Participar de reuniões e audiências públicas;

- Motivar e qualificar a atuação dos conselhos municipais na formulação e controle da execução das políticas públicas;

- Auxiliar na elaboração do plano municipal de educação para o decênio 2015-2024;

- Administrar o processamento de dados; atendimento e suporte ao usuário; modernização administrativa; organização e métodos e programação e expansão da informatização.

- Promover, através do Telecentro, o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades aos cidadãos.

Valores

- Ética
- Respeito
- Transparência
- Legalidade
- Responsabilidade

- Imparcialidade
- Comprometimento
- Honestidade
- Equanimidade

3.2.3 PPA do Município de Ijuí 2014/2017

A Gestão pública e os serviços públicos foram as temáticas abordadas nesta terça-feira, 18, durante a plenária pública do processo de elaboração do Plano Plurianual Comunitário Participativo - PPA 2014/2017.

A prioridade escolhida ligada a área da Secretaria Municipal da Fazenda foi a qualificação da gestão fazendária, incluindo ações como a implantação do sistema geo-referenciamento, de maneira a gerar informação precisa, completa e instantânea sobre o imóvel do e para o contribuinte, obter atualização permanente do Cadastro Imobiliário, objetivando a justiça tributária, ampliação dos sistemas de processamento de dados e geração de informações fazendárias e também da oferta interna de informações orçamentárias, contábeis, patrimoniais, econômicas e financeiras para as decisões estratégicas, gerenciais e operacionais. Entre as ações também está a qualificação das informações contábeis, orçamentárias e licitatórias em tempo real à sociedade.

Na área relacionada a Administração, a qualificação da gestão pública foi a prioridade escolhida. O objetivo da prioridade eleita é promover a qualificação do patrimônio humano através de cursos, palestras de estímulo e motivação visando a satisfação e o comprometimento dos servidores e conseqüentemente ao reconhecimento e o respeito da sociedade. O ponto principal será melhorar a qualidade da gestão dos serviços e do atendimento voltado à população.

Investimentos no programa Ijuí Digital foi a prioridade escolhida na questão ligada a Secretaria Municipal de Planejamento. A prioridade visa ações como estimular o uso da internet e outras tecnologias da informação e comunicação junto às Secretarias, subsidiar a tomada de decisões dos gestores municipais com informações ágeis e confiáveis, interligação física e lógica entre as secretarias, coordenadorias, escolas e órgãos da prefeitura para compartilhamento de sistemas de informação e internet, ampliação e disponibilização, na página oficial da prefeitura, de serviços virtuais úteis à prefeitura e à população, interligar, via fibra ótica, as secretarias da Saúde e de

Meio Ambiente, Demasi, Procon e Conselho Tutelar, além da implantação de mais um Telecentro no Parque da Pedreira.

Entre os programas apresentados pela Secretaria Municipal de Governo, a prioridade escolhida foi o investimento em políticas públicas de promoção, formação e de defesa dos direitos da mulher. A prioridade visa ações como a consolidação da Coordenadoria da Mulher no município, articular com o Estado e União parcerias de fortalecimento de medidas de promoção dos Direitos da Mulher, articular projeto de cooperação com organismos públicos e privados voltados à implementação de políticas públicas para as mulheres, promover cursos de formação para inserção da mulher no mercado de trabalho, emprego e renda, assim como a inserção social da mulher em situação de vulnerabilidade e a promoção ações de combate à violência contra a mulher.

Observa-se que a participação da comunidade tem importante papel. Até porque um dos objetivos do PPA em Ijuí é ser participativo. Voltado para serviços que possam ser oferecidos para a comunidade.

Destaca-se que devido ser uma cidade universitária e com amplos recursos hospitalares Ijuí tem um fluxo de aproximadamente 100.000 pessoas, sendo o maior e mais importante centro populacional da região.

Possui dois poderes atuando de forma conjunta em seu território. O Poder Executivo que desenvolve atividades administrativas na Prefeitura Municipal e o Poder Legislativo que realiza as tarefas na Câmara Municipal de Vereadores. A Coordenadoria de Cultura objeto de estudo do presente trabalho, é uma das quatro Coordenadorias Especiais geridas pelo Poder Executivo Municipal. Além destas coordenadorias a Administração Municipal é dividida em mais 11 Secretarias, uma autarquia (Demei) e o Previjui.

As despesas do município no ano de 2010 foram de R\$ 154.625.479,76 (cento e cinquenta e quatro milhões seiscentos e vinte e cinco mil quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos) Seus principais gastos são com a Administração Direta, Previdência, Saúde e Educação.

No que se refere à estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal pode-se dizer que esta é formada pelo Prefeito, Conselho Municipal, Demei, Gabinete do Prefeito, Gabinete da 1ª Dama, PREVIJUI, Gabinete do Vice-Prefeito, PGM, CGM, Secretarias e Coordenadorias.

Já as secretárias são divididas da seguinte forma: Governo e de Articulação Institucional, Administração, Fazenda, Planejamento, Educação, Saúde,

Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Secretaria de Administração

Secretário: Sergio Luiz Fernandes Pires

A Secretaria Municipal de Administração supervisiona os processos de recrutamento, seleção e treinamento. Também cabe ao setor, desenvolver atividades administrativas que atendam as demandas pertinentes ao quadro funcional em todos os regimes estabelecidos, providenciando registros documentais. A Secretaria também atende demandas burocráticas relativas ao desempenho das diversas atividades na gestão de recursos humanos.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Secretário Ênio dos Santos

Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Conforme Lei Nº 4.919, de 17 de dezembro de 2008.

SEMDEC

Coordenadoria Administrativa

Coordenadoria de Programas e Projetos de Desenvolvimento

Coordenadoria de Indústria e Comércio

- Formular e executar políticas públicas que visem o desenvolvimento da indústria, do comércio e do turismo;
- Propor e executar políticas para o desenvolvimento da micro, pequena e média empresa no município;
- Definir e executar políticas de incentivos à instalação de empresas no município;
- Buscar o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos Distritos Industriais;
- Promover a articulação com entidades congêneres locais, estaduais, nacionais e internacionais, com vistas ao desenvolvimento do setor industrial e comercial;

- Promover a implantação de rede de eventos com objetivo de estimular o desenvolvimento social e econômico no município.

Coordenadoria Administrativa

- Prestar serviço de atendimento especializado, voltado ao fomento de empreendimentos econômicos;
- Organizar e divulgar documentários socioeconômicos, culturais e turísticos do município;
- Promover o desenvolvimento da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do turismo no município;
- Levantar, organizar e manter os locais, áreas e objetos de valor histórico e cultural com vistas ao desenvolvimento do turismo no município;
- Executar outras tarefas correlatas ou as que venham a lhe ser atribuídas pelo Prefeito.

Coordenadoria de Programas e Projetos de Desenvolvimento

- Definir políticas e implementar programas de geração de emprego e renda e de formação e qualificação dos trabalhadores;
- Apoiar as iniciativas locais que fortaleçam o associativismo e o cooperativismo;
- Formular e executar políticas de crédito e microcrédito no município;
- Realizar convênios e parcerias para estimular a geração de trabalho e renda;
- Realizar parcerias e convênios para a promoção de eventos congressos e feiras em âmbito local, regional e nacional;
- Incentivar a organização dos setores produtivos relacionados ao turismo.

Os Programas e Ações propostos pela SEMDEC e pelo DEMEI foram produzidos a partir das seguintes instâncias de participação:

- Plano de Governo Municipal (Decreto nº 4.302-GEM 19/02/09);
- Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Ijuí;
- Indicações dos Conselhos Municipais de Turismo
 - Comtur e de Energia e Meio Ambiente – Consema;

Secretaria de Desenvolvimento Rural

Secretário: Júlio César Gabbi

À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, cabe planejar e promover o desenvolvimento de políticas agropecuárias para o Município; coordenar e controlar a execução das políticas agropecuárias; estimular e incentivar o desenvolvimento da pequena propriedade rural no Município; promover e coordenar as atividades relativas à orientação da produção primária e do abastecimento público; e promover a realização de atividades de fomento agropecuário.

Dentre outras coisas, também cabe à Secretaria delimitar e implantar áreas destinadas à produção hortifrutigranjeira e agropecuária; promover o controle, a fiscalização e a inspeção de produtos de origem animal e vegetal; organizar e desenvolver programas de assistência técnica e de extensão rural, em parceria com outras entidades; viabilizar o acesso à água potável e programas de irrigação da área rural, através da conservação e proteção de nascentes, da canalização e perfuração de poços artesianos, em trabalho conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente; planejar e executar a abertura, pavimentação e conservação de estradas, com meios próprios ou contratado; e planejar e executar a manutenção e a construção de pontes e bueiros, drenagem e infraestrutura de transportes no meio rural.

Secretaria de Desenvolvimento Social

Secretária Neiva Agnoletto

Política de assistência social - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social, não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento as necessidades básicas.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Secretário Ubiratan Erthal

A Secretaria é responsável pelas obras urbanas no município, desde pavimentação asfáltica e calçamento até embelezamento dos trevos de acesso a

cidade. Limpeza urbana e trânsito também são setores da municipalidade que estão sob-responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Secretaria da Educação

Secretário Eleandro Lizot

A Secretaria Municipal de Educação, comprometida com o plano de governo da administração municipal, foca seu trabalho no sentido de fortalecer ações que consolidem a qualidade da educação municipal, garantindo os direitos das crianças, dos jovens e dos adultos à aprendizagem na escola nos princípios da educação inclusiva. O salto de qualidade buscado tem a ver com a resposta positiva dos professores e gestores da rede de ensino que se integram às diretrizes nacionais do “Compromisso Todos pela Educação”, na busca de intervenções pedagógicas adequadas à realidade da escola, na escolha de projetos e oportunidades de formação continuada disponibilizados pelo poder público e no empenho de garantir aprendizagens significativas.

O Município ao aderir ao Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação”, assume o compromisso de melhorar os indicadores educacionais a partir do desenvolvimento de ações que possibilitem o cumprimento das diretrizes estabelecidas no PAR – Plano de Ações Articuladas e no PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, que inclui metas de qualidade para o ensino, definidas de acordo com a realidade de cada escola, apontadas no diagnóstico da situação educacional, estruturado em quatro grandes dimensões:

1. Gestão Educacional
2. Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar
3. Práticas Pedagógicas e Avaliação
4. Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

Gerir a escola democraticamente, desenvolver ações interdisciplinares e Inter setoriais; dialogar permanentemente com a comunidade escolar; organizar ambientes acolhedores; fundamentar a proposta pedagógica da escola em princípios de convivência, cooperação e afeto, em valores culturais; preservar o meio-ambiente e incentivar o hábito à leitura é, também, acreditar na capacidade que a escola tem de encontrar mecanismos para vencer o desafio de garantir uma educação de qualidade. Nessa estrutura organizacional a SMEd busca no seu trabalho articular as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação e no Plano de Governo da atual

Administração centrada no princípio “educação de qualidade a serviço da vida: conhecimento – participação – competência”.

Secretaria da Fazenda

Secretário Irani Paulo Basso

A Secretaria Municipal da Fazenda executa a administração financeira do Município como um todo, tendo participação da elaboração da proposta orçamentária, passando pelo processamento contábil da receita e da despesa e a escrituração da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município, até a prestação de contas de recursos transferidos pela União, Estado ou outras entidades ao Município. Também é a Fazenda, responsável pelos lançamentos de impostos, taxas, arrecadação e a cobrança de todos os créditos municipais; além do controle do cadastro imobiliário do município. A Secretaria, ainda, fiscaliza comércio, indústrias, serviços e atividades afins; concede o Alvará de Licença para o funcionamento de estabelecimentos, satisfeitas as exigências legais. Conta também com a Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Materiais.

Secretaria de Governo

Secretário: Nelson Copetti

A Secretaria Municipal de Governo tem como principal objetivo promover a articulação político-administrativa entre Executivo e Legislativo, entre os demais órgãos da administração municipal, e entidades, instituições públicas e privadas representativas. Além disso, acompanhar, junto a Câmara de Vereadores, o andamento de Projetos de Lei, verificar os prazos do processo legislativo e providências do adimplemento das datas de sanção, promulgação, publicação e veto. É a Secretaria responsável pelo Aeroporto Municipal João Batista Bós Filho, Defesa Civil, Procon e Coordenadoria de Comunicação.

Secretaria da Habitação

Secretária: Beti Lírio

Criada pela Lei Municipal nº 5.743 de 22 de março de 2013, a Secretaria Municipal de Habitação prioriza o direito à moradia digna; ao solo urbano regularizado; ao ambiente qualificado, ambientalmente sustentável, identificando as peculiaridades regionais e os condicionantes ambientais; gestão democrática participativa; e o reconhecimento de uma política emancipatória de parcerias público privado.

Entre os objetivos da Secretaria, estão: conhecer as necessidades habitacionais do município; estabelecer a Política Local de Habitação a partir do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS); estabelecer diretrizes, programas e metas que conciliem a dimensão urbanística e ambiental com as políticas sociais; favorecer a articulação com os demais programas sociais existentes no município; oportunizar a participação dos diversos segmentos da sociedade; e identificar e prospectar linhas de financiamento para os projetos habitacionais do município.

Secretaria de Meio Ambiente

Secretário: Valmir José de Quadros

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ijuí (SMMA) foi criada pela lei nº 4.919 de 17 de dezembro de 2008, e tem como sua primeira atribuição formular e executar as políticas públicas relativas ao meio ambiente de Ijuí. Está dividida em três coordenadorias: a Coordenadoria de Desenvolvimento Socioambiental, Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização e Coordenadoria de Proteção animal.

A Coordenadoria de Desenvolvimento Socioambiental: É responsável pelos projetos de educação e gestão ambiental, pesquisa e implantação de zoneamento ambiental, contratação do serviço de coleta, triagem e tratamento dos resíduos, assim como pela criação de campanhas permanentes de conscientização e informação da população.

A Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização: Realiza os serviços de controle, fiscalização, planejamento e licenciamento ambiental. Recebe denúncias de danos à vegetação/arborização, uso de APP (Área de Preservação Permanente), queimadas, depósitos de lixo/entulho/resíduos, aplicação de secante, poluições em geral.

A Coordenadoria de Proteção Animal: Abandono de animais, maus-tratos e procriação sem nenhum tipo de controle, são os principais problemas a serem resolvidos, todos eles desencadeados e fomentados pelo crescente desenvolvimento urbano. Por estes e por outros motivos mais que a Coordenadoria de Proteção Animal (CPA), amparada pela Lei N. 5.738, de 22 de Março de 2013 foi criada, e desde abril começou oficialmente seu funcionamento.

Secretaria de Planejamento

Secretário: Suimar Bressan

Missão:

Promover e fortalecer o planejamento municipal para que as ações de governo otimizem a gestão municipal, nos aspectos econômicos, financeiros e sociais, melhorando os serviços ofertados ao cidadão.

Objetivos:

- Implementar o plano diretor;
- Rever o código de postura e de obras;
- Acompanhar, encaminhar e participar na elaboração das leis orçamentárias: plano plurianual (PPA), leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA);
- Acompanhar metodologia, participar e divulgar as audiências públicas para elaboração do PPA, da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e das leis orçamentárias anuais (LOA);
- Promover integração do planejamento no município entre as secretarias municipais;
- Formular estratégias, normas e padrões de operacionalização das ações
- Prestar assessoria aos demais órgãos da administração municipal na gestão do planejamento;
- Elaborar, acompanhar e encaminhar projetos para obtenção de recursos financeiros;
- Participar de reuniões e audiências públicas;
- Motivar e qualificar a atuação dos conselhos municipais na formulação e controle da execução das políticas públicas;
- Auxiliar na elaboração do plano municipal de educação para o decênio 2015-2024;
- Administrar o processamento de dados; atendimento e suporte ao usuário; modernização administrativa; organização e métodos e programação e expansão da informatização.

Secretaria de Saúde

Secretária: Alexandra Lentz

Na área da saúde, Ijuí é Polo Regional: possui três hospitais especializados em diversas áreas: Hospital Bom Pastor (geriatria e saúde mental),

Hospital da Unimed e o Hospital de Caridade de Ijuí (HCI). O HCI conta com o Centro Especializado no Tratamento do Câncer (Cacom), que atende 120 municípios e o Instituto do Coração, em funcionamento desde 2008.

O Centro de Referência em saúde do Trabalhador – Cerest atende 80 municípios. O novo ambulatório municipal que entrou em funcionamento em dezembro de 2009, conta com uma área de mais de 4 mil metros quadrados, cuja estrutura será referência no interior do Estado.

Abaixo, apresentam-se os dados relativos aos serviços de saúde no município de Ijuí. Os dados são do IBGE e o ano base é 2010.

Leitos para internação em estabelecimentos de saúde total: 355 leitos

Estabelecimentos de saúde públicos total: 24 estabelecimentos

Estabelecimentos de saúde privados total: 33 estabelecimentos

Estabelecimentos de saúde total: 57 estabelecimentos

Estabelecimentos de saúde SUS: 53 estabelecimentos

Os dados relativos aos serviços de saúde no município de Ijuí estão apresentados abaixo. Os dados são do IBGE e o ano base é 2009.

Total: 492 óbitos

Homens 276 óbitos

Mulheres 216 óbitos

Com relação à pesquisa sobre as Secretarias do Município de Ijuí, pode-se dizer que as informações foram adquiridas com uma visita à Prefeitura (sede na rua Benjamin Constant), além da pesquisa realizada no site. A prefeitura conta com um site que possui as informações referentes à vida do município, em todas as suas secretarias. Além disso, a Prefeitura de Ijuí também possui uma página no Facebook. Essas duas ferramentas tem o objetivo de levar as informações aos munícipes.

Ficou claro que as secretarias procuram trabalhar em conjunto, no entanto, em algumas situações onde foi necessário agendar uma visita em algumas secretarias, algumas pessoas (colaboradores) não sabiam dar informações. Sentiu-se que há uma desqualificação no atendimento ao público. O que é um fator negativo.

Salienta-se que em todas as secretarias há uma estrutura bem montada no que se refere à equipamentos. Todas possuem computadores, telefones,

locais apropriados. O que ficou claro mesmo é a falta de comprometimento de alguns colaboradores. Uma sugestão é que a Prefeitura invista em concursos públicos como forma de qualificar esses profissionais.

3.3 O Poder Legislativo em Ijuí

Ao ser constituída e instalada no Salão Nobre da Prefeitura, em 24 de novembro de 1947, a Câmara Municipal de Ijuí, com 11 vereadores eleitos no pleito de 15 de novembro de 1947, passou a complementar a administração municipal, já em andamento há mais de três décadas. A primeira diretoria foi presidida pelo saudoso vereador Eugênio Michaelsen.

Regimento Interno: Inicialmente, norteou-se pelo Regimento Interno da Assembleia Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul, enquanto uma comissão era encarregada de elaborar o 1º Regimento Interno próprio da Câmara de Ijuí. A comissão formou-se por um vereador de cada um dos quatro partidos políticos existente: PRP – Partido da Representação Popular, PL – Partido Liberal, PSD – Partido Social Democrático e PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

Divulgação: Ainda na Sessão de Instalação da Câmara em 1947 os edis unânimes deliberavam levar os trabalhos da Casa ao conhecimento do público da melhor maneira possível.

Demandas: Questões atuais como: escassez e obtenção de energia elétrica, reflorestamento, agropecuária, agricultura, indústria, transportes, vias públicas urbanas e rurais, abastecimento de água, segurança pública, entre outras, já desde meados de 1948 tem constado da pauta das suas sessões.

Prédio: Em 20 de agosto de 1979, a Câmara de Vereadores de Ijuí inaugurava suas novas instalações, à Rua Benjamin Constant, centro da cidade, onde funciona até hoje.

Composição: Na oitava legislatura o número de vereadores passou de 11 para 17, eleitos pelos partidos ARENA – Aliança Renovadora Nacional, e pelo MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

Na legislatura seguinte, esse número passou para 21 vereadores, conforme a Constituição Federal de 1988.

Atualmente, o Poder Legislativo de Ijuí é composto de 10 vereadores, representados pelo PDT, PMDB, PP, PSB, PCdoB e PSDB, partidos políticos locais.

4 O CENÁRIO EDUCACIONAL NA ATUALIDADE

A educação é um campo social extremamente importante. Isso é fato. E contra fatos não temos argumentos. É através da educação que se adquire conhecimento, se enriquece enquanto seres pensantes, se constrói a aprendizagem, se instrumentaliza para conviver nesse mundo em que se está inserido. A educação é um direito de todos e para todos. Direito esse assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 205.

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, 1988).

De acordo com Santos (2009), a educação é uma das dimensões essenciais na evolução do ser humano, pois em cada conquista rumo à civilização, faz-se presente junto a esta e à necessidade de transmissão aos semelhantes. Assim, pode-se dizer que a educação nasce como meio de garantir às outras pessoas àquilo que um determinado grupo aprendeu.

Meksenas (2002), ainda afirma que, em uma visão funcionalista, a educação nas sociedades tem a tarefa de mostrar que os interesses individuais só se realizam plenamente através dos interesses sociais. Sendo assim, a educação ao socializar o indivíduo, mostra a este que sozinho, o ser humano não sobrevive, e que ele só pode desenvolver as suas potencialidades estando em contato com o meio social, ou seja, com as outras pessoas.

Santos (2009), comenta ainda que através da educação, o homem pode se instrumentalizar culturalmente, capacitando-se para transformações tanto materiais, quanto espirituais. A educação é a base do desenvolvimento da sociedade. Sem a educação, até mesmo as sociedades mais avançadas retornariam ao estado primitivo em pouco tempo. Ela oferece uma base de conhecimento para todas as pessoas, sem distinção.

Conforme Gadotti (1995), a educação reproduz a sociedade, pois a contradição e o conflito não são tão manifestos na sociedade, porque a reprodução é dominante, observando-se que a educação acaba por fazer o que a classe dominante lhes pede. Como a sociedade, a educação é um campo de luta entre várias tendências

e grupos. Ela não pode fazer sozinha a transformação social, pois ela não se consolida e efetiva-se sem a participação da própria sociedade.

Segundo Pinto (1986), a educação acaba transmitindo e reproduzindo os mecanismos de dominação impostos pelo capitalismo. Por outro lado, o setor educacional deve estar em busca da conscientização e da libertação, através da qual se resgatam caminhos para uma ação transformadora.

Conforme Gerhardt (2001), a educação libertadora ou transformadora, é aquela que trabalha com uma visão de sujeitos potencialmente autônomos, capazes de praticar a solidariedade, instruindo-se de forma a promover a autorreflexão. Neste sentido, a educação é entendida como uma prática de libertação, que desperta no sujeito a sua capacidade de promover a humanização, esforçando-se em uma perspectiva conjunta para mudar o sistema escolar, social e político.

Para Santos (2009), um dos desafios encontrados atualmente no setor educacional é a mudança de ideologia impregnada na sociedade, uma alteração da concepção de ensino e do papel da escola enquanto instituição social. Busca-se uma escola democrática, pluralista, que venha valorizar a diversidade frente às problemáticas sociais perpassadas pelo educador e educando.

Conforme o autor citado acima, diante dos vários problemas da sociedade contemporânea, como: desvalorização profissional, desemprego, violência, modificações das relações familiares, etc., tem-se como papel fundamental da área educacional, o de fornecer o conhecimento, para que as pessoas possam ter possibilidades e autonomia de participar efetivamente das políticas, continuando assim, a lutar por igualdade de direitos.

Nesse sentido, Santos (2009), acrescenta que a educação, em termos de Brasil, deve ser tratada como uma política social, que tem como compromisso fundamental à garantia dos direitos do cidadão, ou, ainda a escola deve assumir um novo papel frente à sociedade, que é o de propiciar ações para a efetivação dos direitos sociais.

No Brasil, têm-se várias legislações como a Constituição Federal de 1988, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, que garantem o direito à educação a criança e ao adolescente, direitos estes que precisam ser perseguidos por todos os profissionais que atuam no contexto escolar.

Porém, ao se deparar com o atual contexto brasileiro, percebe-se que o ensino tem se mostrado insuficiente, no que se refere à quantidade de vagas para o

atendimento dos alunos, tendo como grande desafio a melhoria de sua qualidade. E, esta qualidade é perpassada por várias questões, tais como baixos salários dos professores, escolas públicas sucateadas, ensino formalista e autoritário, o que gera, conseqüentemente, desestímulo por parte dos professores e alunos.

No que se refere à melhoria da qualidade na escola brasileira, principalmente no final do século XX, Nosella (2002), ressalta quanto à necessidade de superação da política educacional populista e corporativista introduzida no ensino brasileiro. A escola brasileira precisaria rever questões como: o resgate da qualidade de formação do profissional da educação, a expansão da escolarização pelo sistema supletivo, especialmente aqueles em horários noturnos, dentre outros, tendo a obrigação de, simultaneamente, fazer uma constante avaliação que certamente garantirá a qualidade do ensino.

4.1 A educação no município de Ijuí

Ijuí é uma cidade privilegiada em termos de educação. Isso porque conta com uma rede municipal, estadual, particular e de ensino superior de alto nível. Ao total Ijuí conta com 67 escolas das redes municipal e estadual.

No município de Ijuí destaca-se os dados referentes ao número de matrículas e de docentes obtidos do Censo Educacional 2009 são os seguintes:

- Matrícula no ensino pré-escolar: 1.683 matrículas
- Matrícula no ensino fundamental: 10.329 matrículas
- Matrícula no ensino médio: 3.881 matrículas
- Analfabetismo: 3,77%

4.1.1 Rede municipal de ensino

De acordo com dados levantados junto à Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Ijuí, pode-se perceber que a competência do município é grande e importante no cenário da educação local.

Compete à rede municipal de ensino:

I - administrar o sistema municipal de ensino, visando o seu desenvolvimento nos diversos níveis e a sua integração às ações educativas desenvolvidas nas distintas redes;

II - elaborar, em conjunto com os demais órgãos do sistema municipal de ensino, o Plano Municipal de Educação, com vigência plurianual;

III - proceder, em conjunto com o Estado do Rio Grande do Sul, a chamada anual para a realização de matrículas no ensino fundamental, visando à garantia da gratuidade e da obrigatoriedade;

IV - garantir a manutenção, a ampliação e a construção de prédios e de instalações escolares, em conjunto com os demais órgãos municipais competentes;

V - viabilizar, nas escolas municipais, a implementação de proposta pedagógica fundamentada em princípios humanísticos e técnico-científicos atualizados;

VI - implementar programas voltados ao desenvolvimento cultural dos alunos, mediante a inclusão de disciplinas relacionadas às artes, à música e aos usos e costumes dos diferentes grupos étnicos brasileiros;

VII - garantir a autonomia administrativa-pedagógica de escolas do Município, de forma integrada com o sistema municipal de ensino;

VIII - desenvolver políticas de aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da educação, implantando programas de orientação pedagógica e de aperfeiçoamento de professores, auxiliares de ensino e demais servidores relacionados à área, visando ao aprimoramento da qualidade do ensino;

IX - organizar, em cooperação com o Estado, com a União e com outras entidades, programas de assistência ao educando, relativamente à alimentação escolar, ao material didático, ao transporte e a outros aspectos de sua formação;

X - implementar políticas de erradicação do analfabetismo, oportunizando o ensino fundamental para jovens e adultos;

XI - definir critérios para a concessão de bolsas de estudo e exercer controle sobre elas;

XII - assessorar as creches e núcleos de atendimento ao menor nos aspectos técnico-pedagógicos;

XIII - manter regularizada a rede municipal de ensino e efetivar a adequada guarda e registro da documentação escolar e individual de alunos e professores;

XIV - propor, analisar e executar programas e projetos suplementares na área educacional, através de convênios, acordos e contratos com a União, com o Estado e com outras entidades;

XV - proceder levantamentos estatísticos, realizar pesquisas, coletar e analisar informações técnicas, visando subsidiar atividades de planejamento, execução e avaliação de sistema de ensino e seus subsistemas;

XVI - manter e administrar creches, estabelecimentos de educação infantil, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e profissionalizante;

XVII - manter os conselhos municipais relativos à Educação;

XVIII - desenvolver todas as atividades concernentes ao FUNDEB e executar outras atividades correlatas ou que venham a ser atribuídas;

XIX - desenvolver políticas de estímulo à cultura educacional em suas múltiplas manifestações e de estímulo à proteção do patrimônio histórico-cultural do Município;

XX - administrar bibliotecas públicas escolares, buscando a melhoria qualitativa e quantitativa do acervo e da instrumentalização de recursos humanos;

XXI - executar as atividades referentes ao desenvolvimento e à administração do pessoal lotado na Secretaria;

XXII - promover a administração dos materiais, o controle, a manutenção e a guarda dos bens afetados ao uso da Secretaria, assim como gerenciar o seu orçamento.

Destaca-se que a Secretaria Municipal de Educação (SMED) é integrada pelas Escolas Municipais de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de Ensino Médio.

Além disso, a Secretaria Municipal de Educação está estruturada através das seguintes coordenadorias, núcleos e serviços:

I - Coordenadoria de Administração e Desenvolvimento Educacional

a) Núcleo Administrativo e de Desenvolvimento:

1. Serviço de gestão de pessoal;

2. Serviço da folha de pagamento da Secretaria;

3. Serviço de arquivo e documentos;

4. Serviço de apoio: almoxarifado, cozinha, limpeza, protocolo, transporte, telefonia, recepção, digitação e reprodução de documentos;

5. Serviço de manutenção patrimonial;
 6. Serviço de manutenção dos conselhos ligados à Educação;
 7. Serviço de registro, controle e estatística escolar;
 8. Serviço de legislação escolar.
- b) Núcleo Financeiro:
1. Serviço de controle orçamentário;
 2. Serviço de projetos financeiros e prestação de contas.

II - Coordenadoria do FUNDEB e desenvolvimento do ensino com recursos vinculados

- a) Núcleo de Ensino com recursos do FUNDEB;
1. Serviço de manutenção da folha de pagamento e encargos;
 2. Serviço de manutenção do transporte escolar;
 3. Serviço de apoio à formação profissional;
 4. Serviço de construção, ampliação e conservação de prédios escolares do ensino fundamental;
- b) Núcleo de Desenvolvimento do ensino com recursos vinculados:
1. Serviço de atividades mantidas com recursos do salário educação;
 2. Serviço de manutenção da merenda escolar com recursos do FNDE/PNAE/EE/EM;
 3. Serviço de manutenção da merenda escolar com recursos do Governo do Estado - contrapartida PNAE;
 4. Serviço de manutenção do transporte escolar com recursos do Governo do Estado – SEC.

III - Coordenadoria Pedagógica

a) Núcleo de Educação Infantil:

1. Serviço de atendimento a crianças de zero a três anos - creche e maternal;

2. Serviço de atendimento a crianças de quatro a seis anos - jardim e pré-escola;

3. Serviço de construção, manutenção e conservação de prédios e equipamentos escolares da educação infantil;

4. Serviço de apoio ao educando: transporte escolar da pré-escola, cultura, desporto e lazer escolar, materiais didáticos, projetos especiais.

b) Núcleo de Ensino Fundamental:

1. Serviço de atendimento a alunos dos quatro primeiros anos do ensino fundamental;

2. Serviço de atendimento a alunos dos quatro anos finais do ensino fundamental;

3. Serviço de atendimento com repasses às escolas de ensino fundamental;

4. Serviço de construção, manutenção e conservação de prédios e equipamentos escolares do ensino fundamental;

5. Serviço de apoio ao educando: transporte escolar do ensino fundamental, cultura, desporto e lazer escolar, materiais didáticos, projetos especiais.

c) Núcleo de assistência ao educando:

1. Serviço de programas suplementares de alimentação escolar;

2. Serviço de assistência farmacêutica;

3. Serviço de assistência médico-odontológica;

4. Serviço de orientação psicológica.

IV - Coordenadoria do IMEAB - Instituto Municipal de Ensino Assis Brasil

a) Núcleo de Ensino Médio:

1. Serviço de atendimento a alunos do ensino médio;
2. Serviço de construção, manutenção e conservação de prédios e equipamentos escolares do ensino médio;
3. Serviço de transporte escolar do ensino médio;

b) Núcleo de Ensino Profissional Agrícola:

1. Serviço de atendimento a alunos do ensino profissional;
2. Serviço de apicultura e piscicultura;
3. Serviço de transformação de alimentos;
4. Serviço de lavouras e hortas;
5. Serviço de fruticultura, floricultura e silvicultura;

c) Núcleo de Ensino Profissional Pecuária:

1. Serviço de criação de pequenos animais;
2. Serviço de bovinocultura, ovinocultura e suinocultura;
3. Serviço de abate e transformação de alimentos;

d) Serviço de construção, manutenção e conservação de prédios e equipamentos do ensino profissional.

4.1.2 Rede estadual de ensino

Por sua vez a rede estadual de ensino está estruturada a partir da 36ª Coordenadoria Regional de Educação. Esta coordenadoria abrange 12 municípios (Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Inhacorá, Joia, Nova Ramada, Panambi) e 63 escolas (30 escolas em Ijuí) da rede pública estadual de ensino.

Ao total são 2000 professores estaduais para atender cerca de 18 mil alunos matriculados nas escolas de abrangência da 36ª CRE.

A 36ª CRE é composta pelos núcleos: financeiro, de recursos humanos, pedagógico e de tecnologias. Tem como Coordenador regional de

Educação Claudio da Cruz de Souza e como Coordenadora Adjunta Ana Maria Zasso Spencer.

Compete à educação da rede estadual de ensino assegurar ao aluno o direito instituído pela Constituição Federal de 1988. Sendo assim, as escolas estaduais do Rio Grande do Sul, especificamente as escolas da 36ª Coordenadoria Regional de Educação buscam oferecer uma educação de qualidade aos seus 18 mil alunos.

Uma das grandes inovações na rede estadual de ensino está a reformulação do Ensino Médio (que é de competência dos Estados). Essa reformulação tem como premissa principal fazer com que o aluno conclua seus estudos e, também, baixar os níveis de evasão escolar nessa modalidade de ensino.

Observa-se que a reestruturação curricular do Ensino Médio foi implantada após debate com a comunidade escolar, que culminou com a Conferência Estadual do Ensino Médio e da Educação Profissional, em dezembro de 2011. A iniciativa tem ainda entre seus objetivos propiciar o desenvolvimento dos alunos, assegurando-lhes a formação comum indispensável ao exercício pleno da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores; qualificar o estudante enquanto cidadão, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, nas práticas pedagógicas. Além disso, pretende-se a redução da evasão e da repetência nesta modalidade de ensino e trazer para os bancos escolares cerca de 70 mil jovens que estão fora da escola.

O Ensino Médio Politécnico articula as disciplinas a partir das áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática e suas tecnologias).

No seminário Integrado os alunos desenvolvem atividades de pesquisa, colocando em prática os conhecimentos teóricos. A nova modalidade também busca preparar os jovens para a sua futura inserção no mundo do trabalho ou para a continuidade dos estudos no nível superior. O Ensino Médio

Politécnico começou a ser implantado em 2012 para o 1º ano, em 2013 no 2º ano e em 2014 chegou ao 3ºano. Agora em 2015 a proposta está totalmente inserida nas escolas estuais do Rio Grande do Sul.

Também, destaca-se como uma inovação no ensino estadual e com reflexos na gestão da 36ª CRE é o ensino do campo por ciclos. Ou seja, organiza-se o currículo em três Ciclos de Formação, cada um com três anos ininterruptos. No total, o currículo tem nove anos, com um período de transição do sistema de ensino, das séries para os ciclos, mantidos os 200 dias letivos e as 800 horas/aula.

Esta transição se dará na totalidade de cada Ciclo de Formação e na equivalência com a fase de desenvolvimento e de escolarização em que se encontram os educandos no momento da implantação do novo Sistema Curricular. O sistema de ensino seriado deixará de existir a partir da homologação dos novos Regimentos e de sua implementação, em 2014. Até o final de 2016, completa-se o Ciclo de Formação, para os estudantes que ingressarem em 2014.

Há três anos a Secretaria Estadual de Educação, através do Departamento Pedagógico vem trabalhando a formação dos conceitos da proposta: avaliação emancipatória, currículo interdisciplinar, pesquisa e organização curricular nas quatro áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas).

Os ciclos ficam então instituídos da seguinte forma, com respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

1º Ciclo de Formação - Segunda Infância - Caracterizado pelo agrupamento de crianças de 6, 7 e 8 anos de idade e pela centralidade curricular na Alfabetização e Letramento. O atendimento pedagógico se caracteriza pela unidocência.

2º Ciclo - Terceira Infância ou Pré-Adolescência - Crianças de 9, 10 e 11 anos de idade. Tem como centralidade curricular Aprofundamento da Alfabetização e do Letramento. O atendimento pedagógico neste ciclo caracteriza-se pela concentração de áreas (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas).

3º Ciclo - Adolescência - Caracterizado pelo agrupamento de adolescentes de 12, 13 e 14 anos de idade. Centralidade curricular no aprofundamento, consolidação e sistematização do processo de aprendizagem desencadeado nos Ciclos anteriores e do Ensino Fundamental. O atendimento pedagógico é feito a partir das áreas do conhecimento e seus componentes curriculares (LDB - Lei 9394/96).

Outro diferencial que merece destaque na educação públicas estadual é no que se refere ao ensino profissionalizante. A Secretaria da Educação, através da Superintendência da Educação Profissional, disponibiliza para ingresso no segundo semestre de 2015, 9.698 vagas em cursos técnicos de escolas estaduais gaúchas.

As modalidades são técnico subsequente (quando o estudante já concluiu o ensino médio), cursos técnicos concomitantes (quando ensino médio e ensino técnico são realizados paralelamente) e aproveitamento de estudos do curso normal (nos casos em que o aluno já cursou disciplinas de ensino médio e fará as cadeiras do magistério necessárias para obter habilitação).

Em Ijuí são três escolas que oferecem os cursos profissionalizantes:

* Escola Técnica Estadual 25 de Julho – técnico em informática, técnico moveleiro, técnico em mecânica e técnico em eletricidade;

* Escola Estadual de Ensino Médio Guilherme Clemente Koehler – técnico em edificações;

* Escola Estadual de Ensino Médio Otávio Brochado da Rocha – técnico moveleiro.

Destaca-se que as escolas estaduais da 36ª CRE, especialmente o município de Ijuí, oferecem uma estrutura invejável aos seus alunos, professores e colaboradores. Sem dúvida que a rede estadual defronta-se com dificuldades e carências, até greves de professores, o não pagamento do piso nacional da educação, entre outros problemas.

No entanto, esse momento é a oportunidade para estreitar relação com o que é público, o que é de todos, trabalhar desde cedo as mobilizações na comunidade, interessar-se por ajudar a escola pública e, também, cuidar dela. A vida não é fácil em escola pública. Mas também se aprende. Basta querer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação do presente trabalho, é importante fazer algumas considerações importantes sobre o tema abordado até aqui. Primeiramente deve-se destacar que o assunto abordado é amplamente comentado em autores da área da Educação, principalmente porque as políticas públicas são um dos objetos de atuação do gestor público, e nessa área específica, dos profissionais que trabalham para a educação.

Também, deve-se mencionar que a inclusão da educação na Constituição Federal de 1988, bem como as medidas adotadas pelo Estado representaram um avanço para o Brasil, porque afirma que a educação é um direito de todos e para todos.

Não há dúvida de que a educação assegurada no texto constitucional assumiu novos contornos e com as medidas implementadas pelos governos (federal, estadual e municipal), passa para uma nova fase. Ou seja, a partir da Constituição de 1988 houve uma crescente preocupação com a questão educacional no Brasil, com as políticas públicas destinadas a esta área. A Constituição Federal de 1988, considerada a mais cidadã de todas as Constituições brasileiras, reconheceu a educação como um direito de todos sem distinção.

Desde então, o Estados e Municípios passam a assumir a responsabilidade pelas políticas públicas, passando a adotar medidas concretas para melhorar as condições da educação. Essas medidas tinham na redução da evasão escolar, no resgate da cidadania e no crescimento educacional de crianças, jovens e adultos o seu objetivo maior.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que houve uma busca por melhorias no dia a dia das pessoas através da educação, tais políticas públicas, possibilitaram que milhares de pessoas ficassem dependentes do Estado (como por exemplo, a cultura de não pagar por cursos de qualificação, apenas esperam ganhar). Esse é o paradoxo da situação. Ao proporcionar melhorias para as pessoas, em contrapartida, essas pessoas buscam ficar ociosas esperando os benefícios que podem ter do Estado.

Pode-se afirmar que com a inserção da educação na Constituição Federal de 1988, as medidas adotadas pelo Estado representaram um avanço para o país, na medida em que possibilitam melhores condições de escolas, matrículas e professores para as escolas públicas (municipais ou estaduais), como ficou comprovado na educação ofertada no município de Ijuí/RS.

Destaca-se, ainda que cabe ao Estado, ao Município, aos gestores públicos, aos coordenadores e secretários, promover a educação cada vez mais, como forma de possibilitar o crescimento cultural e intelectual das pessoas, como um todo.

Isso porque, é o gestor público que trabalha com as diversidades e com os mais variados fenômenos sociais em um estado ou município. Dessa forma, o gestor público necessita assumir uma postura ousada e de envolvimento, especialmente com a área educacional. É importante lembrar, também, que a técnica é fundamental, mas a emoção e o afeto devem caminhar e juntos na mesma proporção para condutas mais humanizadas, principalmente quando se tratar de crianças e adolescentes em fase escolar.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Teobaldo. [O Ciclo da Colonização na região Noroeste do Rio Grande do Sul](http://teobaldobranco.blogspot.com.br). Disponível em: <<http://teobaldobranco.blogspot.com.br>>. Acesso em Jun./2015.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA. Porto Alegre: CRESS, 2000.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. 1988.

CANABARRO, Ivo dos Santos; SCHNEIDER, Daniel. **Imagens do mundo do trabalho**. Revista Mouseion, Canoas, v. 1, jun. 2007. Disponível em: <www.revistamuseu.com.br>. Acesso em Jun./2015.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 2003.

ESTEBAN, Maria Teresa (org). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Editora DP&A. Rio de Janeiro, 1999.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

GERHARDT, Heinz Peter. Educação libertadora e globalização. In: **A pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Unesp, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRZYBOWSK, Lourdes; MARQUES, Mário Osório. **História visual da formação de Ijuí e do Rio Grande do Sul**. Ijuí: UNIJUI, 1990.

LAZZAROTTO, Danilo. **A história de Ijuí**. Ijuí: UNIJUI, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, Mário Osório; BRUM, Argemiro J. **Nossas coisas e nossa gente**. Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí: UNIJUI, 2004.

MARQUES, J.C. Proposta básica para gestão 81-84. Porto Alegre. **Educação e realidade** b(1):109-20 jan./abr., 1981.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. A área da Educação. In: **Revista Serviço Social & Realidade**. V 8 Nº 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: a pesquisa qualitativa. 2.ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2003.

MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA. **Etnias diferenciadas na formação de Ijuí**. Ijuí: MADP, 1987.

NOSELLA, Paulo.Gaudêncio Frigotto (org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IJUÍ. **Dados históricos**. Disponível em: <<http://www.ijui.rs.gov.br/>>. Acesso em Jun./2015.

SANTOS, André Michael. **A educação no Brasil na atualidade**. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-educacao-no-brasil-na-atualidade.htm>>. Acesso em Jun./2015.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Escolas Estaduais**. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa.jsp>>. Acesso em Jun./2015.

STEINBERG, Shirley R. Uma análise da Pedagogia do Oprimido. In: **A pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Unesp, 2001.

ANEXOS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 – O trabalhador caboclo de Ijuí.....	18
Ilustração 02 – A derrubada da mata pelos imigrantes em Ijuí.....	20
Ilustração 03 – Vila de Ijuhy em 1912.....	22
Ilustração 04 – Mapa de Ijuí.....	

LISTA DE ABREVIATURAS

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNOPAR – Universidade Norte do Paraná

RS – Rio Grande do Sul

SEDUC – Secretaria de Educação

SUEPRO –

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

SMED – Secretaria Municipal de Educação.

Art. – Artigo

PPA – Plano Plurianual

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

PIB – Produto Interno Bruto

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

CF – Constituição Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

PAULO RICARDO LAURINDO CORTES

Bacharel em Administração de Empresas, MBA em Gestão Pública, Especialista em Gestão de Sistemas Prisionais, Especialista em Educação em Unidades Prisionais, Policial Penal em exercício.

O CENÁRIO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), MBA em Gestão Pública da UNOPAR – Universidade Norte do Paraná, tem como objetivo principal elaborar um diagnóstico sobre a educação no município de Ijuí/RS. A escolha por essa área se dá basicamente pela sua relação com a gestão pública. Como se sabe a educação é uma das áreas que sempre deve ser lembrada pelo gestor público, uma vez que carrega em si uma série de questões importantes para a sociedade, de uma forma em geral. A metodologia adotada para a elaboração do diagnóstico proposto é uma pesquisa descritiva, exploratória, qualitativa, na qual o delineamento adotado será um estudo de caso, especificamente um diagnóstico da área da educação no referido município. Sobre a análise e interpretação dos dados pode-se dizer que esse processo foi realizado através da análise qualitativa do estudo.

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
91988165332
Tv. Quintino Bocaiúva, 23011 - Batista
Campos, Belém - PA, 66045-315

